



**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE LUZIÂNIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JOICE KELLY DE CASTRO FERREIRA

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO E PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA –
TEA**

LUZIÂNIA – GO

2022

JOICE KELLY DE CASTRO FERREIRA

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO E PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA –
TEA**

Trabalho de Curso (TC) apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Unidade Universitária de Luziânia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Clawdemy Feitosa e Silva

LUZIÂNIA – GO

2022

JOICE KELLY DE CASTRO FERREIRA

**A PRÁXIS DOCENTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA – TEA**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em _____ de _____ de
_____ pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Me. Clawdemy Feitosa e Silva
Orientador

Prof. Me. Daniel Pereira da Silva
Avaliador

Prof. Dr. Jorge Manoel Adão
Avaliador

LUZIÂNIA – GO

2022

Este trabalho é dedicado para minha mãe Kelly Cristina Pires de Castro, grande exemplo na minha vida, ao qual foi a primeira a me incentivar a cursar Pedagogia, sem ela eu não conseguiria concluir. Dedico ainda, a minha melhor amiga Viviane Alves Leite, que oportunamente tive o prazer de cursar na mesma turma que ela; pessoa que me ajudou nos momentos mais difíceis deste percurso.

AGRADECIMENTOS

A Deus eu agradeço primeiramente, por me proporcionar este momento glorioso e por até aqui ter me sustentado. Com grande alegria, agradeço também a minha família e amigos que compreenderam minha ausência, enquanto eu me dedicava a este trabalho. Deixo meus agradecimentos especialmente, ao meu professor orientador Clawdemy Feitosa e Silva que me auxiliou e incentivou incansavelmente a findar este curso.

“Tudo o que fizerem, seja em palavra ou em ação, façam-no em nome do Senhor Jesus, dando por meio dele graças a Deus Pai.”
(Colossenses 3:17)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a proposta de como tem sido desenvolvida a formação docente junto ao aluno com transtorno do espectro autista. O objetivo geral foi analisar a formação dos docentes para inclusão e processo de ensino e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino fundamental; e como objetivos específicos: analisar num breve aporte teórico conceitual sobre a formação docente e o Transtorno do espectro Autista; Identificar os impasses e os recursos facilitadores para a inclusão e processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA. Dessa forma, utilizamos o método de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, e uma pesquisa de campo realizada em uma Escola Municipal da cidade de Luziânia Goiás, para assim responder o seguinte problema: como vem ocorrendo a inclusão e o processo de ensino e aprendizagem com crianças com transtorno do espectro autista nas escolas regulares? Visto que ainda é pouco compreendido, esta pesquisa identificou algumas dificuldades e a forma dos docentes agirem para com a criança com TEA, como por exemplo: a falta de uma formação específica. Nesse sentido, é de suma importância que o docente esteja preparado didaticamente e tenha conhecimentos específicos (especializações) para atender as necessidades e também poder compreender o lado familiar (contexto), dando o suporte e orientação escolar necessário.

Palavras-chave: Docente. Autismo. Inclusão. Ensino. Atuação.

ABSTRACT

The object of study of this work is the proposal of how teacher training has been developed with students with autism spectrum disorder. The general objective was to analyze the training of teachers for inclusion and the teaching and learning process of students with Autistic Spectrum Disorder in elementary school; and as specific objectives: to analyze in a brief conceptual theoretical contribution about teacher training and Autistic Spectrum Disorder; Identify the impasses and facilitating resources for the inclusion and teaching and learning process of students with ASD. In this way, we used the method of a qualitative bibliographical research, and a field research carried out in a Municipal School in the city of Luziânia Goiás, in order to answer the following problem: how has inclusion and the teaching and learning process with children with autism spectrum disorder in mainstream schools? Since it is still poorly understood, this research identified some difficulties and the way teachers act towards children with ASD, such as: the lack of specific training. In this sense, it is extremely important that the teacher is didactically prepared and has specific knowledge (specializations) to meet the needs and also be able to understand the family side (context), providing the necessary support and school guidance.

Keywords: Teacher. Autism. Inclusion. Teaching. actuation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Autismo Infantil.....	21
Tabela 2 – Níveis do TEA.....	22
Tabela 3 – Sinais de alerta.....	24
Tabela 4 –Comportamentos associados ao TEA.....	26
Tabela 5 –Tabulação de dados em porcentagem.....	34

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APA – American Psychiatric Association

CF – Constituição Federal

CMEB – Centro de Educação Municipal de Educação Básica

DANNE – Necessidades Educacionais Especiais

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

SNIPI – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TC – Trabalho de Curso

SUMÁRIO

MEMORIAL EDUCATIVO	12
INTRODUÇÃO	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1 Formação docente: preparação para atuar com o TEA.....	15
1.2 Transtorno do Espectro Autista – TEA.....	21
1.3 Diagnóstico e tratamento.....	25
1.4 Inclusão do TEA no ensino regular.....	27
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	31
2.1 Técnicas de Pesquisa.....	31
2.2 Centro de Educação Municipal de Educação Básica Palhoça – Professora Edinir Celeste Roriz Lima.....	32
2.3 Descrição e Análise da Pesquisa de Campo.....	33
2.4 Análise da Pesquisa de Campo.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES – A –TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA (TCPP)	44
APÊNDICES – B –QUESTIONÁRIO	46
ANEXOS	47

MEMORIAL EDUCATIVO

Minha escolha pelo curso de Pedagogia se deve à admiração pela profissão, visto que, minha mãe Kelly Cristina Pires de Castro formou-se em Pedagogia na UEG e esse fato foi um grande incentivo. Ela relata que quando eu era uma criança, ela já me dava papel e tesoura, pois gostava de brincar de “escolinha”. Das vezes que oportunamente estive na escola em que ela trabalhava, sempre insistia em auxiliá-la.

Conforme o tempo se passava, desejei seguir carreira militar, pois admirava meu pai e sua carreira. No entanto, em 2014 comecei a trabalhar no programa “Mais Educação”, projeto desenvolvido pela Secretaria de Educação do município de Luziânia Goiás, no intuito de reforçar as matérias já trabalhadas em sala de aula – Português, Matemática, Educação Física e Artes. Quanto mais eu me dedicava em aprender para ensinar, mais eu gostava e admirava a profissão, assim permaneci ministrando aulas nesse projeto até o final do ano de 2018.

Ao receber a notícia que o vestibular da UEG estava aberto, no final de 2018, minha mãe me incentivou de todas as maneiras possíveis, para que eu fizesse a prova. Quando decidi que faria a prova, incentivei minha melhor amiga Viviane Alves Leite a fazer também. Ingressando no curso, logo no primeiro semestre já pude perceber o quanto gostaria de estudar ali.

Nesses quatro anos de estudo, momentos difíceis foram enfrentados, mas sempre com bom ânimo. Os professores – Daniel Pereira da Silva, Jorge Manoel Adão, Luciana Caprice Silva Santos da Rocha, Maria Eneida da Silva, Robson Caprice e alguns colegas de curso – Aline de Farias Santos, Jozilma dos Santos Gomes, Maycon Douglas Soares de Araújo, Michele Lima da Silva, Viviane Alves Leite e Yuri de Oliveira Lobo; foram fundamentais para que eu pudesse chegar ao fim.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de analisar a formação dos docentes para inclusão e processo de ensino e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino fundamental, este estudo aborda a importância da inclusão no ensino regular de alunos com transtorno do espectro autista– TEA. À medida que a pesquisa avança, abordamos também os direitos a uma educação de qualidade para todos.

Desta forma, a formação docente, é importante ressaltar que os professores deve ter acesso à formação continuada, pois normalmente é difícil oferecer condições iguais para que todos participem do aprendizado e é fundamental que o próprio processo de aprendizagem seja de alta qualidade.

No presente Trabalho de Curso (TC), discutimos as questões enfatizando a necessidade de capacitação profissional, orientações aos professores que trabalham com alunos com TEA em classes regulares e uma breve explanação sobre a transição do espectro do autismo, enfocando algumas características distintivas e pertinentes que poderiam ser utilizadas como base para pesquisas futuras que beneficiariam professores e cuidadores.

O tema foi escolhido devido à familiaridade da pesquisadora com crianças autistas e sua capacidade de observar ocasionalmente as dificuldades que essas crianças enfrentam no aprendizado; bem como os desafios e obstáculos que as famílias e a comunidade escolar enfrentam na tentativa de oferecer igualdade e condições razoáveis nas propostas pedagógicas.

Existe a possibilidade de avaliar o desenvolvimento da criança e fazer uma observação comportamental em sala de aula para que possa intervir o quanto antes. Com esse trabalho busco responder a seguinte pergunta: como vem ocorrendo a inclusão e o processo de ensino e aprendizagem com crianças com transtorno do espectro autista nas escolas regulares? A partir disso, teve como objetivo geral analisar a formação dos docentes para inclusão e processo de ensino e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino fundamental.

Como objetivos específicos, procuramos: analisar num breve aporte teórico conceitual sobre a formação docente e o Transtorno do espectro Autista; Identificar

os impasses e os recursos facilitadores para a inclusão e processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA.

O referente trabalho foi fundamentado mediante a uma pesquisa de campo, bibliográfica qualitativa, compreendendo que a mesma é importante para aferir aspectos qualitativos de alguma questão, como é o caso de identificar as conquistas e impasses experimentados pelos docentes para incluir no ensino regular alunos com TEA.

A estrutura do Trabalho de Curso – TC, foi elaborada em capítulos, sendo esse primeiro uma breve introdução acerca dos assuntos abordado na pesquisa; o segundo o referencial teórico, ao qual se dividiu em três subitens, que são eles: Formação docente: preparação para atuar com TEA; Transtorno do Espectro Autista – TEA; Diagnóstico e tratamento e Inclusão do TEA no ensino regular. Logo em seguida, metodologia e diagnose social e as referências.

Como base norteadora teórica para o referido trabalho, utilizamos a Lei Berenice Piana – Lei 12.764/2012, bem como a Declaração de Salamanca (1994), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/1996), o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM (2014), entre outros.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo em sua primeira seção abordamos sobre o direito à formação docente, bem como o desafio dos educadores em proporcionar condições de aprendizagem igualitárias. A fim de reforçar a ideia de garantir a qualidade da educação, também foi discutido sobre a importância de os professores estarem preparados para o ensino e para atender necessidades educacionais específicas.

A seguir foi percorrido uma breve explicação sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA, bem como a dificuldade em diagnosticá-lo porque não há um exame para identificá-lo. Em seguida, abordou-se os direitos das pessoas com TEA e a descrição dos vários traços comportamentais que podem servir como sinais de alerta para um diagnóstico.

Na terceira seção deste trabalho foi discutida sobre como os diagnósticos são feitos com base no comportamento do paciente e nos sintomas observados. Também foi destacado os profissionais que podem ajudar no tratamento, pontuando a importância da intervenção precoce para melhores resultados a longo prazo.

Para finalizar, a última parte deste referencial, abordou-se a respeito do direito à inclusão e à educação de qualidade; visto que a inclusão do aluno autista em sala de aula é desafiadora, e por isso ressaltou-se a necessidade urgente de apoio educacional aliado à orientação e auxílio profissional, para que a criança tenha sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

1.1 Formação docente: preparação para atuar com TEA

A Lei 12.764 de 2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, reconhece o direito dos professores de receber capacitação, bem como as habilidades necessárias e orientação especializada, para atuar com alunos portadores do transtorno do espectro autista – TEA, que é essencial para sua inclusão no ensino regular e garantir seu pleno desenvolvimento.

A mãe de uma criança autista chamada Berenice Piana é a primeira pessoa no Brasil a conseguir que uma lei seja aprovada por iniciativa popular. A lei n. A Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que reconheceu o autismo como deficiência e estendeu às pessoas com autismo todos os direitos estabelecidos para pessoas com deficiência no país, deu origem à sua busca pela inclusão de seu filho.

Dayan só foi diagnosticado aos 6 anos graças à pesquisa da própria Berenice. Quando teve que se dedicar apenas ao filho caçula e ler um livro atrás do outro para tentar entender o que ele tinha – ela já tinha dois filhos mais velhos, Diego, de 9 anos, e Shahla, de 7. Com isso, a situação foi piorando, numerosos profissionais médicos insistiram que a criança era neurotípica.

Quatro anos depois, ao perceber o que estava acontecendo e receber a confirmação do diagnóstico, procurou o melhor tratamento. Berenice não conseguiu atendimento no sistema público. Além disso, ela também teve que lidar com o colapso do sistema educacional e a falta de proteção legal.

Berenice começou a lutar pelos direitos das pessoas com autismo quando seu filho foi diagnosticado e recebeu tratamento adequado. A aprovação da lei que leva seu nome é uma das vitórias. Entre a apresentação do texto, aprovação no Congresso e sanção presidencial, foram dois anos e meio de espera. O prazo foi considerado curto porque demorou menos para passar do que o diagnóstico de Dayan.

O documento estabelece o direito dos autistas ao diagnóstico precoce, tratamento, terapia e medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como acesso à proteção social, oportunidades de emprego e serviços que garantam a igualdade de oportunidades. As pessoas com TEA passaram a ser amparadas por leis específicas para pessoas com deficiência, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), bem como por normas internacionais que o Brasil ratificou, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Lei 6.949/2000). Os votos da proposta são de quem veste azul-celeste, cor que representa a conscientização na luta contra o autismo.

Com a lei em vigor, a luta agora era por sua efetiva implementação em todo o Brasil. A primeira Clínica-Escola para Autistas do Brasil abriu suas portas em abril de 2014, realizando um sonho de infância de Berenice.

A instituição vinculada à Prefeitura de Itaboraí oferece atendimento gratuito a cerca de 200 alunos-pacientes. A trajetória de Berenice é conhecida internacionalmente além de ser o principal nome do ativismo autista no país. Ela foi nomeada Embaixadora da Paz das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE) em 2017.

A Lei Berenice Piana estipula que a autoridade competente ou gestor escolar que indeferir requerimento de aluno por transgressão espectro autista ou qualquer outro tipo de deficiência científica será multado entre três e vinte salários mínimos. A perda do emprego é possível em caso de reincidência. Além disso, nos termos da lei, a pessoa com TEA é elegível ao benefício de preservação continuada previsto no artigo 20 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no valor de um salário mínimo mensal, desde que atenda aos requisitos de renda familiar (menos de 1/4 do salário mínimo) e estão sujeitos a avaliações médicas e sociais realizadas por médicos e assistentes sociais.

É importante ressaltar que a Lei 12.764/2012 garante, entre outros direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, o acesso a ações e serviços de saúde com vistas ao atendimento integral de todas as suas necessidades de saúde, inclusive precoce, mas ainda não conclusiva diagnóstico, atendimento multidisciplinar, nutrição e terapia nutricional adequada, medicamentos e informações que auxiliem no diagnóstico e tratamento.

Com o estabelecimento de uma política nacional, a lei concede ao autista os direitos legais de todas as pessoas com deficiência, concedendo-lhes desde vagas reservadas em empresas com mais de cem funcionários até tratamento preferencial em bancos e serviços públicos.

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL, 2014, Art. 4º).

No geral, a inclusão representa um desafio significativo para os educadores porque exige que eles ofereçam condições iguais de aprendizado em uma sala de aula regular que frequentemente sofre superlotação. Além disso, a comunidade educativa enfrenta desafios devido à falta de educadores devidamente formados que possam identificar os fatores que devem ser levados em consideração para garantir uma educação de qualidade. Conforme observado por Mittler (2003, p. 236),

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que pode retornar à escola em algum momento.

A Declaração de Salamanca, de 1994, reconhece a importância da preparação do professor para o ensino e para atender às necessidades educacionais especiais. O documento enfatiza o papel crucial que as universidades desempenham na formação de professores, porque a relação entre pesquisa, avaliação e formação é um processo de preparação para a educação especial.

Isso reforça ainda mais a ideia de que, para garantir altos padrões no processo de ensino e aprendizagem, é importante participar regularmente de treinamento especializado em educação especial.

Assim, essa Declaração, ao que diz respeito no recrutamento e treinamento dos educadores aponta que:

Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.10).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, foi uma importante virada na história da educação ao garantir o acesso de todos a uma educação gratuita e de qualidade. No capítulo cinco, que discorre sobre as leis pertinentes à educação especial, afirma que o sistema atenderá a esse atendimento prioritariamente por meio das redes educacionais convencionais, assegurando, entre outras coisas:

professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, LEI Nº 9.394,1996, p.19)

Numa visão democrática de educação, que inclui todos os métodos de avaliação e acompanhamento dos alunos, deve-se ter cuidado para atender às suas necessidades sociais e acadêmicas. A participação em diversas atividades adaptadas às suas necessidades faz do professor, uma pessoa que luta pela igualdade e pela cidadania, ciente dos seus desafios e focada no seu trabalho diário.

No mundo do autismo, um professor competente procura primeiramente entender o aluno com autismo e se permite muito mais aprender com ele, do que propriamente apenas ensinar (BRITES, 2019, p. 140).

A atuação do professor é essencial para proporcionar condições melhores no processo de ensino e aprendizagem, tornando o ambiente escolar um lugar ao quais os pais se sintam à vontade e seguros em deixar seus filhos, pois em suas práticas pedagógicas possibilita o desenvolvimento e inclusão dos alunos com TEA.

É fundamental pensar a escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazeres (CUNHA, 2013, p.19).

Fica claro que, para garantir a inclusão escolar, é fundamental um atendimento especializado voltado para o bem-estar da criança em longo prazo. Nesse sentido, é fundamental que existam leis que deem essas garantias, pois o professor precisa ter formação e formação especializada para se qualificar para exercer essa função. Só assim ele poderá criar um ambiente de aprendizado de alta qualidade.

[...] oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão [...] (BRASIL, 2008).

Diante disso, é importante que o professor esteja atento ao ambiente que a criança com TEA está incluída, pois é fundamental que a criança interaja com os demais alunos de uma sala de aula regular para contribuir no seu desenvolvimento. No entanto, quando não há um nível adequado de preparação por parte do professor responsável, podem ocorrer danos. Camargo e Bosa (2009, p. 70) alertam:

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive.

Em resposta a esta questão, a Declaração de Salamanca afirma o seguinte:

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adaptada uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p, 27).

Para atuar com TEA, proporcionando a inclusão, a Declaração de Salamanca ainda reforça que:

Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer toda a mesma educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem (DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, 1994, p. 22).

Para proporcionar uma educação de qualidade a todos os alunos, é fundamental que a sala de aula tenha um responsável com a especialização necessária para dar suporte ao professor atuante. Isso ocorre porque os alunos com TEA requerem atenção especial, bem como adaptações. Diante disso, fornecer suporte ao professor é essencial em uma sala de aula inclusiva, porque há muitos alunos para um professor atender adequadamente. Sobre isso, Cunha (2014, p.55) discorre:

Enquanto o aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade.

Também aborda que:

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber (CUNHA, 2014, p. 68).

A criança com autismo é inteligente e capaz de se desenvolver e evoluir por meio do aprendizado, apesar de exigir atenção especial. Por isso, o professor deve estimular a criança.

1.2 Transtorno do Espectro Autista – TEA

O termo “autismo” foi citado pela primeira vez no ano de 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que relacionou as características do autismo com os sintomas da esquizofrenia (TUCHMAN e RAPIN, 2009, p. 17). Alguns anos depois, em 1943, o psiquiatra austríaco Leo Kanner, radicado nos Estados Unidos e diretor do Departamento de Psiquiatria Pediátrica do Hospital Johns Hopkins, publicou o artigo "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo", no qual definiu cientificamente autismo como um conjunto de características únicas (MARQUES, 2000).

O diagnóstico é muito importante, mas também é bastante difícil obter a resposta certa porque existem muitas possibilidades e nenhum teste que possa ser feito, exceto para descartar a possibilidade de outras patologias. Como exemplo:

Tabela 1 –Autismo Infantil

Transtorno global do desenvolvimento caracterizado por	A) Um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos; B) Apresenta uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo.
Síndrome de Asperger	Com maior ocorrência no sexo masculino, inteligência próxima da normalidade, déficit na sociabilidade, interesses específicos e circunscritos com história familiar de problemas similares e baixa associação com quadros convulsivos.
Síndrome de Rett	Ocorrência no sexo feminino, sendo reconhecida entre 5 e 30 meses. Apresenta marcado déficit no desenvolvimento, com desaceleração do crescimento craniano, retardo intelectual importante e forte associação com quadros convulsivos.
Transtornos desintegrativos da infância	Usualmente já diagnosticado a partir dos 24 meses, com predomínio no sexo masculino, padrões de sociabilidade e de comunicação pobres, alta frequência de síndrome convulsiva e prognóstico pobre.

Transtornos abrangentes não especificados	Com idade de início variável, predomínio no sexo masculino, comprometimento discrepante na área da sociabilidade, bom padrão comunicacional e pequeno comprometimento cognitivo.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base no DSMIV –TR (2002).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM, o transtorno do espectro autista consiste no déficit na comunicação social e na interação social (critério A), bem como em padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (critério B). O DSM-5 complementa ainda que os sintomas aparecem precocemente, na fase de desenvolvimento, causando prejuízos no funcionamento social. O Transtorno do Espectro Autista, segundo o DSM (2014) tem três níveis de gravidade:

Tabela 2 –Níveis do TEA

Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos

<p style="text-align: center;">Nível 2 “Exigindo apoio substancial”</p>	<p>na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.</p>	<p>restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.</p>
<p style="text-align: center;">Nível 1 “Exigindo apoio”</p>	<p>Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.</p>	<p>Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.</p>

Fonte: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5 (2014)

Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro. O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (DSM 5, 2014 p.53).

A pessoa com Transtorno do Espectro Autista tem garantidos pela Lei nº 12.764/12 proteção a sua integridade, bem como condições que lhe permitirão viver

vidas dignas com proteção e acesso garantidos. Nesta Lei, em seu Artigo 3º sanciona que a pessoa com TEA têm direito a:

I- a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, LEI Nº 12.764, 2012).

A pessoa autista apresenta um comportamento peculiar, e esse comportamento deve ser aceito, pois é dado que cada pessoa possui características únicas. Apesar da dificuldade em descrever o TEA devido à falta de conhecimento aprofundado sobre o assunto, os autores observaram que as pessoas com autismo costumam apresentar:

Tendência ao isolamento, ausência de movimento antecipatório, dificuldades na comunicação, alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, resistência a mudanças e limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação (KANNER, apud MENEZES, 2012, p. 37).

Tabela 3 – Sinais de alerta

Sinais de Alerta		
6 meses	9 meses	12 meses
Poucas expressões faciais, baixo contato ocular, ausência de sorriso social e pouco engajamento sociocomunicativo.	Não faz troca de turno comunicativa; não balbucia “mamã/papa” Não olha quando chamado Não olha para onde o adulto aponta; imitação pouca ou ausente.	Ausência de balbucios; não apresenta gestos convencionais (abandar para dar tchau, por exemplo); não fala mamãe/papai; ausência de atenção compartilhada.
Em qualquer idade: Perdeu habilidades.		

Fonte: Manual de Orientação – Transtorno do Espectro do Autismo (2019)

1.3 Diagnóstico e tratamento

Devido à falta de exames laboratoriais específicos, o diagnóstico é feito com base no comportamento do paciente e nos sintomas observados. Dessa forma, a obtenção do diagnóstico requer o esforço conjunto de diversos profissionais, como pediatras, fonoaudiólogos, psicólogos, neurologistas, entre outros, para o tratamento adequado do paciente.

Caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (APA, 2015. p. 31)

Os sintomas do TEA podem ser observados geralmente na primeira infância e, embora possam ser notados antes dos 12 meses de idade, em casos mais severos; são reconhecidos após os 24 meses, em casos sutis. Há relatos de que as crianças começam a regredir após o segundo aniversário, perdendo algumas de suas habilidades sociais e/ou linguísticas. O autismo infantil é descrito como;

Transtorno global do desenvolvimento caracterizado por a) um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e b) apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas[...] (OMS, 2008, p. 76).

Segundo as Diretrizes de Atenção à reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2013), as manifestações do quadro sintomatológico ficam evidentes antes dos três anos de idade e devido a isso há maiores possibilidades de resultados positivos instaurando intervenções precocemente, uma vez que nesse período da vida do bebê existe uma maior plasticidade das estruturas anátomo-fisiológicas do cérebro, ao qual havendo um tratamento privilegiado se torna eficaz no funcionamento das conexões neuronais e para a constituição psicossocial.

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância – SNIPI, destaca que:

[...] quanto mais precocemente forem acionadas as intervenções e as políticas que afetam o crescimento e o desenvolvimento das capacidades humanas, mais capazes se tornam as pessoas de participar autonomamente na vida social, e mais longe se pode ir na correção das limitações funcionais de origem (BRASIL, LEI N° 281. 2009, p. 7298).

Portanto, é crucial prestar atenção aos sinais de transição do espectro do autismo que as crianças apresentam à medida que crescem. Existem sinais de alerta precoce que facilitam a identificação, como dificuldade de comunicação e interação com outras pessoas. Ao reconhecer esses sinais de alerta precoce, que normalmente são os mais prevalentes, pode-se oferecer assistência para diminuir as dificuldades e o sofrimento dessas crianças.

Como essas crianças pensam e aprendem de maneira diferente das crianças com desenvolvimento típico, pode ser um desafio para as famílias obter o diagnóstico de um membro com transtorno do espectro autista. Como resultado, as famílias frequentemente precisam mudar suas rotinas para acomodar as condições da criança. Segundo o livro Diretrizes de Atenção à Reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2014, p.61):

É importante esclarecer que o quadro do autismo é uma ‘síndrome’, que significa “um conjunto de sinais clínicos”, conjunto que define uma certa condição de vida diferente daquela até então experimentada pela família. Além disso, tal condição impõe cuidados e rotinas diferenciadas. É igualmente importante esclarecer que os cuidados serão compartilhados entre a equipe profissional responsável pelo tratamento e a família. Ou seja, é importante fazê-la notar que ela não estará sozinha nesse processo e que terá respeitada sua autonomia na tomada das decisões.

Existem inúmeros comportamentos e sintomas associados ao TEA, e cada pessoa os apresentará de maneira única. Por esta razão, é fundamental observar e avaliar cada pessoa individualmente, a fim de desenvolver um plano de tratamento especificamente adaptado às suas necessidades. De acordo com o Manual de Orientação Transtorno do Espectro do Autismo (2019, p.16):

Cada criança com TEA apresenta necessidades individualizadas, que estão de acordo com a sua funcionalidade, sua dinâmica familiar e a quantidade de recursos que a comunidade oferece e, portanto, necessita de uma avaliação terapêutica personalizada que permita o estabelecimento de um plano individualizado de intervenção.

Tabela 4 –Comportamentos associados ao TEA

Comportamentos	
Motores	Movimentar as mãos (balançar ou tremer), correr de um lado para o outro, alinhar ou empilhar brinquedos, observação demorada em determinados objetos, dificuldade em virar o pescoço para a pessoa que o chama.

Sensoriais	Cheirar ou lambar objetos, sensibilidade a sons, insistência visual e tátil por muito tempo.
Rotinas	Dificuldade em mudar rotinas, podendo ocasionar crises de choro e grito.
Fala	Repetição de palavras ou fala, características peculiares na entonação e no volume da voz, perda da fala.
Aspecto emocional	Dificuldade em expressar emoções, não gosta de contato corporal, dificuldade de expressar e ser compreendido.

Fonte: Diretrizes de Atenção à reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2013)

Como o TEA de cada criança se manifesta de maneira diferente e existem tratamentos diferentes para cada caso, o tratamento deve ser individualizado. Segundo o autor Erasmo Barbante Casella (2018) no livro Transtorno do Espectro Autista–TEA: Manual Prático de Diagnóstico e Tratamento, no capítulo cinco, o tratamento deve ser baseado na terapia comportamental porque visa melhorar as interações das crianças. Silveiras (2000, p.231) afirma:

A avaliação comportamental é intrinsecamente vinculada ao tratamento. Intervenções bem sucedidas confirmam hipóteses levantadas; intervenções que não levam ao resultado esperado fazem com que se reformulem hipóteses ou os procedimentos empregados. O programa de tratamento é considerado mais importante do que o rótulo diagnóstico, apesar de este ter sua utilidade, especialmente para os pais, por frequentemente diminuir seu sentimento de culpa e eventualmente brevar a procura de novos profissionais.

1.4 Inclusão do TEA no ensino regular

De acordo com a Constituição Federal, de 1988, todos têm direito à educação. Apesar do enorme desafio que a educação inclusiva enfrenta, é preciso mudar os paradigmas educacionais de forma que nada assuma sobre os alunos que estão integrados nas salas de aula regulares de ensino. Esses alunos têm os mesmos direitos de acesso à educação de alta qualidade que os outros alunos.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reformas e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isso inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos nas escolas ou nas salas de aulas, as práticas pedagógicas bem como, as oportunidades de esportes, lazer e recreação (MITTLER, 2003, p. 25).

Para que a comunidade escolar possa atender às necessidades e para que o professor esteja em condições de ensinar de forma a garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades educacionais e sociais, é necessário que haja capacitação caso ocorra um aluno com transtorno do espectro do autismo está incluído no ensino regular.

Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer toda a mesma educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 22).

No processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA é fundamental que o professor e a equipe de Atendimento Educacional Especializado – AEE empreguem muita criatividade para inspirar a criança em seu aprendizado, o que exige adaptação e preparo. Para que os professores que trabalham com crianças com deficiência implementem efetivamente o uso de recursos de aprendizagem concretos e visuais, é crucial que eles entendam o seguinte:

Como vivem em um mundo muito confuso, é compreensível que crianças autistas tentem se apegar às poucas coisas que conseguem entender. Elas gostam de manter as mesmas rotinas, uma leve mudança pode provocar gritos e acessos de raiva. Também se tornam bastante apegadas a objetos, que podem ser brinquedos comuns ou coisas aparentemente sem atrativos (GAUDERER, 1985, p. 119)

Quando se trata de necessidades educacionais, a organização é um fator chave, porque somente através da organização podem ser alcançados resultados realistas. Como tal, o sistema educativo deve proporcionar as condições necessárias sem desvalorizar ou subestimar quem tem necessidades educativas.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

As condições necessárias para acomodar a inclusão ainda são escassas, o que dificulta o desenvolvimento da criança. Portanto, fica claro que há necessidade

de intervenção para que o sistema passe a dar as condições necessárias para a inclusão. Segundo Camargo e Bosa (2009, p. 70):

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive.

Partindo do fato de que um dos grandes desafios dos autistas é a interação social, é fundamental entender que cada aluno precisa ser observado individualmente, pois cada um se desenvolve de maneira diferente. Silva (2012, p.22) afirma que:

Pessoas com autismo, no entanto, apresentam muitas dificuldades na socialização, com variados níveis de gravidade. Existem crianças com problemas mais severos, que praticamente se isolam em um mundo impenetrável; outras que não conseguem se socializar com ninguém; e aquelas que apresentam dificuldades muito sutis, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, inclusive para alguns profissionais. Estas últimas apresentam apenas traços do autismo, não fecham diagnóstico, mas suas pequenas dificuldades também devem ser tratadas. Transitar entre os diversos níveis de interação social dessas pessoas é um desafio para familiares e até terapeutas.

O objetivo dos profissionais da educação é obter sucesso nas mais diversas situações, portanto, eles devem estar constantemente buscando novos conhecimentos e estratégias. Quando se trata de ter um aluno autista, a situação é idêntica; o conhecimento continua sendo a pedra angular, e novos métodos devem ser usados imediatamente para alcançar os resultados desejados quando um aluno apresenta alguma dificuldade.

Santos (2008) a respeito dos desafios de aprendizagem em que o professor de apoio tende a adaptar o conteúdo para que aquele aluno venha a superar a dificuldade perante o processo de ensino, discorre que:

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo em um grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PEP-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas (SANTOS, 2008, p.30).

Quando um aluno autista é incluído, é necessário um treinamento especial para que a escola possa atender às necessidades do aluno e o professor possa

ensinar de uma forma que ajude todos os alunos a aprenderem a cooperar, respeitar uns aos outros e entender o material igualmente. Segundo Lopez (2011, p. 16):

Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Esta tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de forma diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo.

Discutir a inclusão do aluno autista em sala de aula nos faz pensar imediatamente nas dificuldades que o aluno enfrentará, o que evidencia a necessidade urgente de apoio educacional, além de orientação e suporte profissional para enfrentar as dificuldades comportamentais da criança.

A inclusão dessa criança é garantida por lei, o que possibilita aos pais a escolha de matricular ou não o filho com autismo em uma escola regular. Felício (2007, p. 25) afirma em resposta a isso:

É importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida.

De muitas maneiras, a escola é benéfica para o desenvolvimento de uma pessoa autista. No entanto, é necessário enfatizar que a inclusão é fundamental para promover a integração social para que o autista possa aprender conceitos que serão úteis tanto em sua vida futura quanto na sociedade.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

É relevante percebermos que para o devido empenho para a pesquisa é importante considerarmos o que Tartuce (2006) nos orienta evidenciando que o Método (do grego *methodos*; *met'hodos* significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim”); assim o método é uma coleção de etapas planejadas e coordenadas que permitem a verificação de uma construção científica uma vez concluída. Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa se define;

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Como resultado, a pesquisa é feita para encontrar uma solução. Serão agora discutidos os métodos que irão fundamentar a investigação, tendo a metodologia do estudo sido desenhada levando em consideração os objetivos acima referidos, que, de uma forma geral, visam descrever e refletir sobre o processo de alfabetização de um aluno autista matriculado em uma sala de aula regular.

2.1 Técnicas de pesquisa

O referente trabalho foi fundamentado mediante a uma pesquisa bibliográfica qualitativa com embasamento por meio da aplicação de um questionário; compreendendo que a mesma é importante para aferir aspectos qualitativos de alguma questão, como é o caso de identificar as conquistas e impasses experimentados pelos professores para incluir alunos com TEA.

Conforme discorre Sá-Silva et. al. (2009, p. 06):

O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Como confirma Gil (1999, p.43), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para

estudos posteriores” (1999, p.43), ou seja, estabelecer maior familiaridade com o problema.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), os estudos qualitativos assumem diversos significados no campo da educação e visam descrever e decodificar os sentimentos expressos pelos participantes. Ainda;

Os métodos qualitativos são menos estruturados, proporcionam um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e os entrevistados, e lidam com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes do que os métodos quantitativos (RENEKER, 1993).

Neste trabalho também há uma pesquisa de campo; que segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

2.2 Centro de Educação Municipal de Educação Básica PALHOÇA – Professora Edinir Celeste Roriz Lima

Esta diagnose foi elaborada com base em pesquisa realizada no Projeto Político Pedagógico – PPP 2022 da Escola Municipal Palhoça Professora Edinir Celeste Roriz Lima (CMEB); incluindo tópicos como um breve contexto histórico, objetivos, metodologia e estrutura.

A Escola Municipal Palhoça Professora Edinir Celeste Roriz Lima foi fundada em resposta ao problema de superlotação da Escola Municipal Dalva VII. Foi constituída em 28 de abril de 1989, funcionou como adjunta até setembro de 1991, tornando-se independente em 1992, ao mudar-se para a atual localização na Rua Maria Helena Cardoso, S/N Área Especial Parque Estrela Dalva III, Luziânia Goiás. O nome da escola homenageia uma professora que deu uma contribuição significativa para a educação da comunidade de Luziânia.

Esta escola tem como objetivo a implementação de uma educação de qualidade, ao qual reconheça e valorize as diferenças entre os discentes, para que, desta forma, estimule e desenvolva as habilidades e competências, dando a devida

importância a participação construtiva, tendo como aliada a intervenção do professor.

A escola apresenta uma metodologia que utiliza documentos norteadores, como a Constituição Federal – CF de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN (1996), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo Continuo Ensino Fundamental/Ensino Especial. A escola também oferece projetos interdisciplinares, que incentivam a leitura e incluem as datas comemorativas como tema secundário. A metodologia também discute como a maioria dos professores é empregada e carece de experiência, o que torna necessária a formação contínua. Ainda sobre um tema significativo, outra ferramenta metodológica fundamental é a Divisão de Atendimento as Necessidades Educacionais Especiais – DANE, que fornece suporte aos alunos com extrema dificuldade.

A escola atende a 487 (quatrocentos e oitenta e sete) alunos frequentes, distribuídos em cinco turmas de primeiro ano, quatro turmas de segundo ano, quatro turmas de terceiro ano, três turmas de quarto ano e três turmas de quinto ano. A estrutura física se divide em dez salas de aula, uma sala de professor, dois banheiros para uso dos alunos, uma cozinha com depósito para alimentos, um depósito de materiais de limpeza e materiais pedagógicos, dois depósitos para materiais diversos, uma secretaria, uma direção, dois banheiros para funcionários, uma quadra poliesportiva e uma sala multifuncional.

2.3 Descrição e análise da pesquisa de campo

O referente subitem aborda as questões que foram descritas a partir de informações obtidas por meio do questionário aplicado a professores da rede de ensino da Escola Municipal Palhoça Professora Edinir Celeste Roriz Lima. Assim, a primeira etapa do processo de pesquisa deu-se pela entrega de um documento de autorização da pesquisa de campo à direção da escola. Também, teve como proposta o levantamento de dados por meio da aplicação do questionário – APÊNDICE B, aos professores do Ensino Fundamental.

Para essa pesquisa qualitativa, foi possível o acesso a seis (06) professores da referida escola, devido a dificuldade dos demais ter tempo para responder o

questionário, sendo que a escola possui 20 professores entre efetivos e contratos, todos os escolhidos responderam às quatro questões propostas pela pesquisa com seu posicionamento. Outro ponto crucial é que seus nomes são fictícios para fins educacionais; assim, eles serão identificados por números de 1 a 6. As questões do questionário foram elaboradas a partir do perfil profissional dos professores – partindo da teoria e da prática, e enviadas individualmente para o *WhatsApp* de cada voluntário.

A proposta de análise utilizada foi a construção de um quadro analítico do qual abordou os resultados obtidos conforme o questionário. Assim, tal resultado ficou exposto em três categorias divididas para análise em busca da compreensão de como estão sendo os trabalhos realizados com crianças que possuem autismo, já que essas acabam sendo excluídas da sociedade por conta da dificuldade de interação e desenvolvimento, e de como vem ocorrendo a inclusão deste grupo nas escolas regulares.

Dada a importância do trabalho, todos os questionamentos foram submetidos a uma avaliação minuciosa com o objetivo de fornecer respostas para a problemática; assim, a tabulação dos dados obtidos deu-se pela verificação criteriosa das informações colhidas ao longo da pesquisa.

Tabela 5 – Tabulação de dados em porcentagem

PROFESSORES		SIM	NÃO	
Trabalham ou já trabalharam com criança autista incluída em sala de aula regular		50%	50%	
Possuem formação e/ou especialização para trabalhar com aluno autista		33,4%	66,6%	
Métodos utilizados em sala para alunos com TEA		Dificuldades encontradas em sala de alunos com TEA		
Relação afetiva	Lúdico	Superlotação de sala	Barulhos	Relação familiar

16,6%	83,3%	33,3%	33,3%	33,3%
-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Elaborado pela autora – (2023)

2.4 Análise da pesquisa de campo

O objetivo do presente estudo foi examinar como os professores estão bem preparados para apoiar os alunos com TEA nas disciplinas fundamentais, bem como a inclusão e o trabalho pedagógico com crianças autistas se está progredindo na escola pesquisada em especial.

Em resposta, foi perguntado a seis professores da Escola Municipal Palhoça Professora Edinir Celeste Roriz Lima se já haviam trabalhado com uma criança autista em sala de aula. Metade deles disse que sim, enquanto a outra metade disse que não.

A partir daí, questionou-se se esses professores tinham uma especialidade para trabalhar com esses alunos e, surpreendentemente, a maioria não tinha, sendo esse quantitativo 66,6% segundo o quadro de análise elaborado pela autora.

Em seguida, solicitamos que os professores discutissem as estratégias utilizadas em sala de aula para alunos com TEA e, após isso, discutissem as dificuldades encontradas em sala de aula dos alunos com TEA:

Metodologias ativas, por meio de jogos, gincanas, atividades para que ele possa conhecer a si e o outro para que assim construa uma relação afetiva. Entretanto, creio que a dificuldade é por conta do quantitativo de alunos por turma (Professor 1).

Como resultado, podemos perceber que o Professor 1 se dedica a ministrar sua aula da melhor forma possível, utilizando metodologias que visam estimular o crescimento das crianças. Além disso, o Professor 1 se dedica a desenvolver uma relação próxima com o aluno autista da turma, criando um ambiente melhor para ele apesar do tamanho da turma.

Assim como uma criança típica, uma criança autista funciona de uma forma e percebe o mundo de uma maneira diferente, então se devem direcionar as especificidades do aluno, como utilização do material lúdico. Quanto a dificuldade é sobre a questão do barulho, por serem muito sensíveis, isso prejudica sua concentração (Professor 2).

O professor 2 reconhece em sua resposta que sente dificuldade em conseguir que o aluno do TEA se concentre por causa do barulho em sua aula. Ele tenta trabalhar o desenvolvimento do TEA do aluno por meio do lúdico, mas é importante ressaltar que o lúdico sozinho não traz os resultados desejados.

Procuró sempre está utilizando material lúdico como: jogos, alfabeto móvel, gravuras, música e etc. As dificuldades é o interesse da parte da família (Professor 3).

O reforço positivo pode ajudar as crianças autistas a apresentar um comportamento mais adequado, desde que se entenda que cada família tem seus próprios métodos para superar os desafios relacionados ao autismo e aos paradigmas.

Nunca trabalhei com autista, mas acredito que as dificuldades enfrentadas por observar meus colegas de trabalho é a sala de aula super lotada (Professor 4).

Reconhecemos o desafio da superlotação da sala de aula, portanto os professores devem direcionar sua prática pedagógica para possibilitar a socialização das crianças autistas em sala de aula bem como proporcionar por meio de planejamentos e adaptações melhores condições de desenvolvimento, atendendo as necessidades dessas crianças.

Trabalhei com material concreto (lúdico), acredito que a dificuldade depende do grau do autismo, se for severo, é bem difícil a adaptação devido o barulho na sala (Professor 5).

De acordo com o Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que trata da educação especial, a criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem o direito legal de se matricular em escola regular.

Utilizar métodos para facilitar a aprendizagem do aluno como: lúdico. E a dificuldade é em conseguir o apoio da família (Professor 6).

Ao iniciar o processo de ensino e aprendizagem com uma criança autista, o professor se organiza para atender as necessidades do aluno concomitantemente aos demais alunos da turma, atuando como um facilitador da aprendizagem e auxiliando no desenvolvimento de seus alunos por meio de planejamento contínuo e respeito.

Com a intenção de demonstrar as práticas pedagógicas criadas em resposta a necessidades educacionais específicas, reconhecemos que, ao abordar os direitos a uma educação de qualidade para todos, esse objetivo ainda não foi alcançado porque a maioria dos professores que entrevistamos não teve o treinamento necessário para trabalhar no TEA, direito pelo qual consideramos em nosso estudo teórico.

Em geral, incluir os alunos representa um desafio significativo para os educadores, porque exige que eles ofereçam condições iguais de aprendizado em uma sala de aula convencional que frequentemente sofre superlotação. Ressaltamos assim, a necessidade de capacitação profissional e orientação para os docentes que atuam com alunos que possuem TEA nas aulas regulares em decorrência disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, esperamos demonstrar e refletir sobre a importância do direito dos professores ao desenvolvimento profissional, bem como o desafio que eles enfrentam em receber formação especializada. O transtorno do espectro autista é de difícil diagnóstico porque não há teste para identificá-lo, e há muitos indicadores comportamentais que devem ser avaliados para o diagnóstico, para que o tratamento possa ser iniciado precocemente. Em suma, uma intervenção deve começar na escola, enfatizando a importância do apoio e orientação do professor para que o aluno se desenvolva junto com sua turma e alcance o sucesso em uma educação de qualidade.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394 de 1996, foi um divisor de águas significativo na história da educação ao garantir que todos pudessem ter acesso a uma educação gratuita e de qualidade. Sendo assim, o papel do professor é fundamental para proporcionar melhores condições de aprendizagem e ensino, sendo imprescindível um atendimento especializado voltado ao intuito de desenvolver a criança, garantindo a inclusão escolar. Nesse sentido, é fundamental que as leis que oferecem essas garantias sejam fortalecidas e ativas, pois o professor precisa de formação e capacitação especializadas para se qualificar para o desempenho dessa função.

Uma pessoa com autismo apresenta um comportamento incomum, no entanto esse comportamento deve ser respeitado, visto que cada pessoa possui características únicas. Apesar dos sintomas aparecerem no início do estágio de desenvolvimento e terem efeitos negativos no funcionamento social, a escola desempenha um papel crucial para crianças com TEA, pois essas crianças estarão se envolvendo em interações sociais, mesmo que gradualmente. Nessas situações, o sucesso acontece dia a dia.

Dado que estas crianças pensam e aprendem de forma diferente das outras crianças, é necessário desenvolver um plano de ação especificamente adaptado às suas necessidades, para isso existem sinais de alerta precoce que facilitam a identificação, como dificuldade de comunicação e interação com outras pessoas.

Os mesmos direitos a uma educação de qualidade valem para os alunos do TEA e para os demais alunos, por isso o treinamento é necessário, e novos métodos devem ser usados desde já para alcançar os resultados desejados em relação aos

desafios enfrentados. Para que a comunidade escolar atenda às necessidades e para que o professor esteja em condições de ensinar de forma a garantir que todos os alunos tenham oportunidades educacionais e sociais iguais, essas condições precisam ser atendidas.

Admitimos que a maioria dos docentes que responderam o questionário não possuía a formação necessária para atuar no TEA, direito que defendemos, portanto, nosso objetivo de demonstrar a formação docente desenvolvidas em resposta a demandas educativas específicas ainda não é o que esperávamos.

Devido à exigência de oferecer condições iguais de aprendizado em uma sala de aula convencional que frequentemente sofre superlotação, os educadores geralmente descortinam o acréscimo de alunos com TEA como um desafio significativo. Queremos ressaltar a importância disso, pois os professores que trabalham com alunos que possuem TEA em turmas regulares precisam de capacitação e suporte profissional, pois só assim conseguirá proporcionar as condições adequadas para o desenvolvimento da turma.

Esta pesquisa permitiu uma análise mais aprofundada do que é necessário para trabalhar com alunos autistas em sala de aula, como obter formação continuada com foco no TEA e poder proporcionar a esses alunos um processo de educação e aprendizagem de maior qualidade e eficiência.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM IV – TR: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação qualitativa em educação**: umaintrodução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC. 1996.

BRASIL. 2012. Lei nº 12.764/12- **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília, 2013.

BRASIL. Decreto Federal nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2014.

BRASIL, **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil.

BRITES, Luciana; BRITES, Dr. Clay. *Mentes únicas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2019.

CAMARGO, Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

SNIPI, Decreto de Lei nº 281/2009. Publicado no Diário da República, 1.ª série —N.º 193, 2009. Sistema Nacional de Intervenção Precoce – SNIPI. Ministério de Educação.

Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM – V) Arlington, VA: American Psychiatric Association (APA), 2015.

CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PALHOÇA – PROFESSORA EDINIR CELESTE RORIZ LIMA. **Projeto Político Pedagógico – PPP**. Luziânia, 2022.

FELICIO, V. C. O autismo e o professor: um saber que pode ajudar. Bauru, 2007.

GAUDERER, Ernest Christian. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento:** uma atualização para os que atuam na área do especialista aos pais. São Paulo: Sarvier, 1985.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP > Alinea, 2001.

LOPEZ, J. C. A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas. 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MARQUES, C. **Perturbações do espectro do autismo**. Ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com Mães. Lisboa: Quarteto Editora, 2000.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre – RS: Artmed, 2013.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM– 5. 5 ed.
American Psychiatric Association, 2014.

Manual de Orientação. Departamento Científico de
Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Nº 05, abril de 2019.

MENEZES, A. R. S. *Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?* Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais /Peter Mittler; Trad. WindyzBrazão Ferreira. - Porto Alegre: Artmed, 2003.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

Organização Mundial da Saúde – OMS. **Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10.** Décima Versão, 2008.

RENEKER, Maxine H.

A qualitative study of information seeking among members of an academic community: methodological issues and problems. Library Quarterly, v. 63, n. 4, p.487-507, Oct. 1993.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - julho de 2009.

SANTOS, A. M. T. Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem – CRDA, São Paulo, 2008.

SILVA, A. B. B. Mundo Singular: entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVARES. E. F. M. Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil. Campinas: Papirus, 2000.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa. Fortaleza:** UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

CASELA, Erasmo B. **Triagem e Intervenção Precoce.** In. MONTENEGRO, Maria A. **Transtorno do Espectro Autista - TEA: Manual Prático de Diagnóstico e Tratamento.** 1. ed. Rio de Janeiro: ThiemeRevinter, 2018. p. 128. Cap. 5.

TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. **Autismo: abordagem neurobiológica.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

APÊNDICE- A**TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA (TCPP)**

Título da Pesquisa: Questionário

Pesquisador responsável: Joice Kelly de Castro Ferreira – Matrícula:
12019004392

Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária de Luziânia

Orientador: Prof. Me. Clawdemy Feitosa e Silva (e-mail: prof_clawdemy@ueg.br)

Telefones do pesquisador e e-mail: (61) 9.9239-8421 – joicekelly700@gmail.com

Detalhamento da Pesquisa: Este trabalho tem como objetivo a prática docente junto ao aluno com Transtorno do Espectro Autista – TEA. A pesquisa pretende analisar a capacitação dos docentes para o ensino-aprendizagem dos alunos com TEA no ensino fundamental. Por meio da metodologia de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e qualitativa, para assim responder o seguinte problema: como vem ocorrendo a inclusão e o trabalho pedagógico com crianças com transtorno do espectro autista nas escolas regulares?

Metodologia: Será realizado o levantamento de dados por meio da aplicação de um questionário, contendo 4 (quatro) questões direcionadas aos professores do Ensino Fundamental. A relevância da pesquisa e de sua participação consiste em ampliar as discussões sobre como está a preparação dos professores para apoiar os alunos com TEA nas disciplinas fundamentais, sua inclusão e o trabalho pedagógico com crianças autistas. Esses dados podem embasar futuras pesquisas e contribuir para o conhecimento sobre o tema. Sua participação é voluntária e não incluirá outras técnicas. Será garantida total confidencialidade e privacidade das informações e seus dados pessoais não serão utilizados na pesquisa. Nos casos de citação, serão utilizados nomes fictícios.

Eu _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, da pesquisa de graduação, acima descrita.

Luziânia – GO, _____ de _____ de 2023.

Assinatura

Nome completo: _____

Telefone para contato: _____

APÊNDICE- B

QUESTIONÁRIO

1. Professor, você trabalha ou já trabalhou com uma criança autista incluída em sala de aula do ensino regular?
-

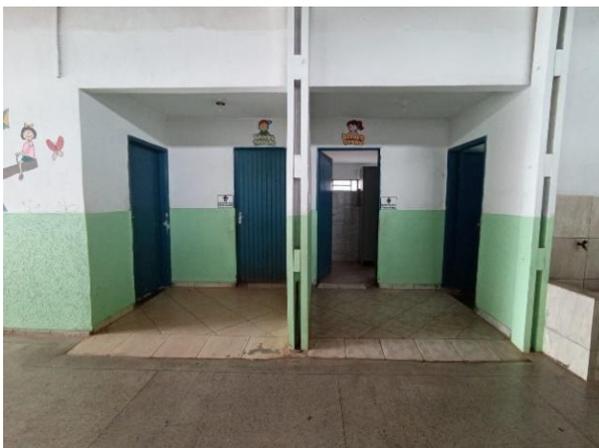
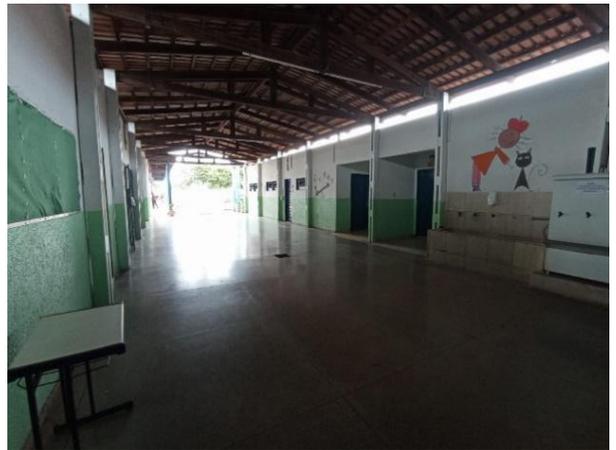
2. Enquanto docente você possui formação e/ou especialização para trabalhar com alunos autistas no ensino regular?
-

3. Quais métodos você adota em suas aulas, para facilitar a alfabetização e letramento do aluno autista?
-

4. Quais as dificuldades encontradas em sala de aula ao qual possui um aluno autista incluído?
-

ANEXOS

IMAGENS DA ESTRUTURA ESCOLAR CMEB – PALHOÇA



Fonte: Elaborada pela autora (2023)